

Contra a escalada neoliberal por uma nova agenda sindical



MANIFESTO

Na última década, no quadro das novas condições da globalização, o capital multinacional e os governos neoliberais desencadearam uma nova fase de liberalização, de privatizações, de ataques sistemáticos ao Estado Social e aos direitos dos cidadãos e dos trabalhadores. Na Europa, boa parte das medidas anti-sociais e anti-laborais foi justificada em nome dos critérios de convergência para a moeda única e em nome da defesa da estabilidade financeira da zona euro.

A crise financeira global que emergiu em 2007-2008, em vez de constituir uma oportunidade para os governos e instâncias supranacionais repensarem os tremendos riscos sociais e políticos do liberalismo de mercado, introduzindo mecanismos de regulação e reorientação das políticas económicas, teve um resultado bem diferente. Com efeito, os Estados acorreram a salvar os sistemas financeiros, injectando somas colossais, sem lhes fazer exigências ou introduzir penalizações. Não impondo a regulação que se impunha, colocaram-se à mercê dos mercados financeiros, da sua voracidade e das suas condições de financiamento, que penalizam dramaticamente os países em situação mais frágil.

As instâncias da União Europeia tremaram pelo Euro e sucumbiram à chantagem fazendo suas as condições das instituições financeiras. As regras da zona Euro quanto ao controlo do défice e da dívida têm vindo a constituir o pretexto para propostas de políticas que visam cumprir integralmente a agenda neoliberal, salvaguardando os interesses dos ricos e poderosos e penalizando brutalmente os trabalhadores e demais cidadãos. No quadro da escalada da crise, em 2010, a UE reforçou os constrangimentos e pressões sobre os estados membros, processo que se acentuou recentemente com a cimeira do Conselho Europeu de 24 e 25 Março.

Os países do sul da Europa (Espanha, Grécia e Portugal) e a Irlanda, incluídos na zona Euro, têm sofrido as consequências da tripla pressão FMI/Agências privadas de rating/ União Económica Monetária, levando ao corte dos salários dos trabalhadores do sector público, ao corte do investimento público no sector produtivo, a novas privatizações, à redução da protecção social, incluindo o congelamento ou diminuição das pensões e benefícios sociais e a multiplicação das restrições ao seu acesso, bem como a limitação dos subsídios de desemprego e a facilitação dos despedimentos.

As consequências desta tripla pressão são dramáticas, visto que põem em causa o Estado Social e os direitos laborais duramente alcançados, promovendo a desigualdade e a exclusão social e, em vez de promoverem o crescimento e o desenvolvimento económico, aprofundam a crise económica através de uma política fortemente recessiva. No plano político, fragilizam-se as bases da democracia e do exercício da cidadania, enfraquecendo também o poder de decisão dos parlamentos nacionais.

Na Europa, em muitos países, os trabalhadores e demais cidadãos, os sindicatos e variadas organizações da sociedade civil, têm vindo a reagir fortemente contra as políticas de austeridade, com greves gerais, manifestações e outras formas de contestação, incluindo a adesão às iniciativas de

Abel Macedo, Coord SPN

Adriano Campos, Membro do FERVE - Fartos/as d'Estes Recibos Verdes

Alan Stoleroff, Prof Univ ISCTE

Américo Monteiro, Sind Com Braga

André Freire, Politólogo, Professor do ISCTE-IUL

António Avelãs, Pres SPGL

António Brandão Moniz, Prof Univ

António Chora, CT Autoeuropa

António Nabarrete, Vice Pres SPGL

Bruno Cabral, Membro da Plataforma dos Intermitentes do Espectáculo e Audiovisual

Carlos Trindade, Exec CGTP

Conceição Rodrigues, Exec CGTP

Constantino Alves, Padre, Pós graduado em Serviço Social, Ex sindicalista

Cristina Andrade, Membro do FERVE

Diamantino Elias, Pres SIFAP

Elísio Estanque, Sociólogo, CES/ Universidade de Coimbra

Emídio Martins, Sindicalista Jubilado

Fernando Gomes, Exec CGTP

Florival Lança, Sindicalista Jubilado

Francisco Alves, Dirigente Sind Metalúrgicos

Guadalupe Simões, Dirigente SEP

Heloisa Perista, socióloga, CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social

Henrique Borges, Dirigente SPN

Henrique Sousa, Investigador em Ciência Política

Hermes Costa, CES/Univ de Coimbra

Hugo Dias, Doutorando de Sociologia da Fac Economia da UC

Ilona Kovacs, Prof Univ, ISEG

João Correia, CSCA

João Cunha Serra, Pres Cons Nac FENPROF

João Lourenço, Exec CGTP

João Nunes Rodrigues, dirigente da FNAM e do Sind dos Médicos da Zona Centro

João Rodrigues, CES/Univ de Coimbra

Joaquim Pilo, Dirigente Sind Pescadores

Jorge Bateira, Economista, PhD Man-

protesto da Confederação Europeia dos Sindicatos. Em Portugal, os trabalhadores do sector público e do sector privado, os precários e não precários, têm vindo a exigir uma viragem nas políticas nacionais e europeias. Em Portugal, a greve geral do sector público e privado de 24 de Novembro de 2010, juntando a CGTP e a UGT, constituiu uma resposta unitária massiva aos planos de austeridade dos vários PEC e do Orçamento para 2011. A manifestação de 19 Março de 2011 promovida pela CGTP contra o mais recente PEC 4 insere-se também neste movimento. A extraordinária mobilização do 12 de Março, ao apelo dos jovens, mostrou a quem tinha dúvidas a profunda vontade de mudança no sentido da justiça social.

Os sindicatos estão numa situação crítica sem precedentes, em Portugal e na Europa, confrontados com sucessivos planos de austeridade que representam um verdadeiro retrocesso social. Simultaneamente são atacados como estruturas corporativas que defenderiam interesses instalados ou como obstáculos ao livre funcionamento do mercado de trabalho. São acusados de pactuar com o desemprego quando defendem a estabilidade do vínculo laboral. São acusados de aprofundar a crise quando defendem salários decentes e o Estado Social. São pressionados a aceitar mais e mais flexibilidade e insegurança. Em suma, são pressionados a deixar de desempenhar o seu papel como sindicatos.

Nas últimas duas décadas os sindicatos definiram em grande medida as suas estratégias e práticas numa lógica defensiva face à agenda liberal. A crise actual e o que se anuncia exige uma profunda reflexão, ancorada é certo nas aquisições da experiência sindical passada, mas capaz de promover novas agendas, estratégias e práticas que reforcem a capacidade dos sindicatos de influenciar realmente os acontecimentos. A ancoragem nas aquisições da experiência sindical passada é fundamental, sobretudo tendo em atenção uma lição fundamental: a construção da capacidade de mobilização dos trabalhadores e de inscrição na sua vida colectiva é uma fonte essencial do seu poder de negociação e do seu poder de alcançar resultados.

À deriva burocrática e rotineira, é preciso responder com o reforço da democracia interna e com a ampla discussão envolvendo a base. Ao fechamento dos sindicatos é preciso responder com a abertura e diálogo com outras organizações e associações da sociedade civil, criando sinergias e potenciando a acção comum efectiva. A relação dos sindicatos com os partidos políticos, que foi sendo historicamente uma constante do movimento dos trabalhadores, tem de ser repensada, reforçando a autonomia e independência dos sindicatos, mas permitindo a acção conjunta quando a natureza transversal do combate político e social o exigir.

A reflexão impõe-se para uma acção esclarecida e coordenada a nível nacional e europeu. E certamente também no plano internacional. Com o desmantelamento dos direitos sociais e laborais na Europa não é só a Europa e os países que dela fazem parte que têm a perder. A sua defesa na Europa é um capital de esperança para os trabalhadores e cidadãos de todo o mundo, incluindo nos países onde milhares e milhares de trabalhadores ingressando agora nas empresas industriais subcontratadas ou deslocalizadas da Ásia começam a fazer as primeiras experiências de acção colectiva, ainda sem sindicatos livres e independentes.

Nós, sindicalistas, cidadãos envolvidos em diferentes organizações e movimentos sociais, e cientistas sociais, decidimos tomar em mãos algumas iniciativas para contribuir para esta reflexão urgente, porque sentimos que é exigido o concurso de todos e a partilha de experiências e pontos de vista para aprofundar o diagnóstico, encontrar respostas e formular acções, no quadro da liberdade de expressão e discussão. Este manifesto é o nosso ponto de partida.

Contra a escalada neoliberal por uma nova agenda sindical

chester Business School

Jorge Rebelo, Dirigente SEP

José Carlos Martins, Pres SEP

José Maria Castro Caldas, CES/Universidade de Coimbra

José Reis, Prof Univ, da FEUC

Júlio Gomes, Prof Univ

Luís Costa, Consultor

Manuel Carlos Silva, sociólogo, professor universitário

Manuel Grilo, Vice Pres SPGL

Manuela Mendonça, Coord SPN

Manuela Silva, Prof Univ Jubilada

Marco Marques, Membro dos Precários Inflexíveis

Margarida Maria Simões Chagas Lopes, Profª Univ

Maria da Paz Campos Lima, Prof Univ ISCTE

Maria Merlinda Madureira, Pres do Sind dos Médicos do Norte e Vice-Pres da FNAM

Mário Jorge, Pres do Sind Médicos da Zona Sul e Vice-Pres da FNAM

Mário Murteira, Prof Univ

Óscar Soares, Pres Cons Jurisd CGTP

Paulo Granjo, Antropólogo - ICS

Paulo Sucena, Pres do Cons Geral do SPGL, ex SG FENPROF e CE da CGTP

Raquel Rego, investigadora auxiliar, SOCIUS-ISEG-UTL

Rui Brites, Sociólogo, Prof Univ

Sara Falcão Casaca, Prof Univ, ISEG-UTL

Sara Rocha, Membro dos Precários Inflexíveis

Sérgio Esperança, Pres da FNAM e Pres do Sind dos Médicos Zona Centro

Tiago Gillot, PI - Precários Inflexíveis

Ulisses Garrido, Exec CGTP

